



# TIRAR PORTUGAL DA "CEPA TORTA"

MOÇÃO DA JSD AO 39º CONGRESSO  
NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

SUBSCRITOR:  
COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL  
DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA

SANTA MARIA DA FEIRA -  
17, 18 E 19 DE DEZEMBRO DE 2021

## REFORMISMO E CORAGEM NUM FUTURO GOVERNO PSD

O PSD é um partido essencialmente reformista. Ao longo da sua história contribuiu de forma crucial para executar as transformações estruturais de que Portugal necessitava. Desde a alteração do modelo económico socializante – revisões constitucionais de 1982 e 1989 – às políticas de ajustamento financeiro do período da troika – Governos de Pedro Passos Coelho –, passando pela entrada na comunidade europeia – Governos de Cavaco Silva –, todas tiveram a marca indelével do Partido Social Democrata.

É essa matriz reformista que deve mover o PSD quando apresentar o seu projeto político aos portugueses, utilizando como estandartes da sua candidatura às eleições legislativas as principais reformas estruturais pelas quais os portugueses tanto anseiam, cumprindo o objetivo permanentemente adiado das últimas duas décadas: **a convergência real com as sociedades mais desenvolvidas da União Europeia.**

Cabe ao PSD ser protagonista de uma alternativa maioritária de centro-direita, cumprindo o seu desígnio para com os portugueses como principal força reformista da democracia portuguesa. Neste ciclo político e eleitoral que culmina com as eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, cumpre-nos a responsabilidade de dar esperança à sociedade portuguesa e canalizar o descontentamento geral para um programa ambicioso de convergência europeia, crescimento e mobilidade social cabe ao Partido Social Democrata.

A ambição do PSD deve ser, mais uma vez, de construir uma solução reformista maioritária na sociedade e no país. Sem contemporizações ou complacências com o imobilismo e as soluções fracassadas dos nossos adversários, focando-nos no passo fundamental para o virar de página e cuja responsabilidade também é nossa: vencer as próximas eleições e substituir o atual governo do PS.

A socialização da estagnação atingiu o seu auge nos últimos anos com António Costa. Por expressa vontade do Primeiro-Ministro, o país desperdiçou a conjuntura económica e financeira favorável que teve para efetuar reformas significativas que pudessem contrariar o caminho do empobrecimento e colocar Portugal a convergir sustentadamente com a Europa.

Não se pode exigir a um Governo que resolva todos os problemas de uma sociedade ou que reforme em todas as áreas, mas podemos exigir que faça reformas em algumas áreas fundamentais. António Costa foi Primeiro-Ministro nos últimos 6 anos optou deliberadamente por nada fazer estruturalmente.

Podíamos referir áreas como a educação, a administração pública, a saúde, a justiça, a economia ou a segurança social para se constatar que apenas tivemos gestão corrente e satisfação dos desejos de BE e PCP para pura preservação no poder. Por não ter vontade e por estar nas mãos de bloquistas e comunistas, tivemos o Governo menos reformista, mais situacionista, imobilista e conservador das últimas décadas.

O recente retrato das novas gerações elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos exemplifica o triste panorama da juventude portuguesa:

- ▶ 30% tenciona emigrar;
- ▶ quase três em cada quatro jovens (72%) recebem menos de 950€ líquidos por mês;
- ▶ metade dos que trabalham têm um contrato instável;
- ▶ a falta de recursos económicos é o principal motivo invocado pelos jovens que desistiram de ir para a faculdade;
- ▶ a maioria vive em casa dos pais;
- ▶ quase um quarto (23%) já esteve medicado com ansiolíticos ou antidepressivos.

Estes indicadores são mais do que suficientes para concluirmos que estamos a falhar coletivamente com as novas gerações do nosso país.

Só um novo Governo do PSD, com vontade de reformar e coragem de agir, pode começar a procurar inverter a gestão do declínio e o ciclo de estagnação que caracteriza hoje a sociedade portuguesa e que impacta brutalmente as condições e qualidade de vida de cada jovem.

## MUDAR PORTUGAL

O país precisa de uma nova maioria reformista, liderada e personificada pelo PSD. Um Governo que, com coragem, opte por pensar no futuro dos portugueses e não por pensar nas medidas que terão maior impacto na abertura do telejornal. Um Governo mais preocupado com gerar prosperidade do que com gerar manchetes. Um Governo para servir Portugal, não para se servir dos portugueses.

Nos próximos anos, o país precisa concentrar todos os seus esforços na convergência com as sociedades mais desenvolvidas da Europa. Esta frase podia ser dita por qualquer português nos anos 80 ou no início dos anos 90 do século passado. No entanto, infelizmente, esta é ainda uma realidade premente e urgente neste início da terceira década do século XXI.

Há duas décadas que Portugal vai descendo para a posição de país mais pobre da Europa.

Em 2000 ocupávamos a 15ª posição no ranking europeu do PIB per capita. Hoje, ocupamos a 19ª posição. Entretanto, fomos ultrapassados por vários países do Leste e do Báltico, e se nada continuarmos a fazer, a cauda da Europa será cada vez mais o nosso lastimável destino. Há 20 anos o PIB per capita nacional era 85% do da média europeia. Hoje já nem aos 80% chega.

Escolhas políticas erradas têm contribuído por ação, ou inação, para este resultado. E as consequências deste definhamento no panorama europeu recaem particularmente sobre os mais pobres e os desafortunados da lotaria da vida. Uma sociedade que conjuga estagnação, pobreza significativa (e geracionalmente muito reprodutiva) com uma triste endogamia social que limita as possibilidades de muitos para subir na vida, independentemente do seu esforço, ou do talento e mérito que possam ter.

Para mudar Portugal, precisamos de **um novo Governo capaz de impulsionar uma economia forte, robusta e competitiva**, com um crescimento sustentável, caracterizada por melhores empregos e melhores salários, que vença o atraso crónico de Portugal, capaz de convergir e descolar da cauda da União Europeia. Um novo Governo que seja capaz de aproveitar os novos fundos europeus para, finalmente, construir um Portugal de oportunidades para as novas gerações. Um novo Governo que assuma a necessidade de implementar um choque fiscal que estimule a economia e impulsione os setores mais dinâmicos da sociedade portuguesa a aumentarem a sua produtividade.

Um novo Governo que priorize termos uma economia que não estigmatize quem investe e quem arranca com o seu próprio negócio. Uma economia que não seja soterrada por um sufoco fiscal. Uma economia que valorize quem cria riqueza, condição sem a qual não conseguiremos fortalecer o Estado Social e proteger os mais vulneráveis da nossa comunidade: dos mais jovens aos mais velhos.

Um novo Governo que construa um país com efetiva igualdade de oportunidades. Um país em que o que alcançamos na vida esteja mais relacionado com o esforço e o trabalho de cada um, e não seja enviesado por um sistema distorcido, no qual a cunha, o favor ou a rede de contactos substituam a educação como elevador social. Um país onde quem nasce pobre não tenha de esperar cinco gerações até sair da pobreza.

Um novo Governo que reconheça o problema estrutural do desemprego jovem e dos jovens que nem estudam nem trabalham e que, em vez de respostas pírias que só servem para a propaganda, aposte num programa corajoso e ambicioso de incentivos fiscais e contributivos para as empresas que contratem jovens com condições dignas do ponto de vista contratual e salarial.

Não é admissível a realidade laboral das novas gerações em Portugal, seja pelos hediondos estágios não remunerados que a JSD tanto tem combatido, seja pela precariedade ou dualidade dos vínculos ou pela remuneração com os valores baixos que se conhecem. Uma nova estratégia económica para o país, com o foco no aumento do investimento, das exportações e da produtividade do fator trabalho, deve ter como objetivo uma forte valorização dos salários médios para que o nosso destino não seja um país em que a maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo.

Um novo Governo, imbuído de espírito reformista, deve atacar os obstáculos fiscais, a lentidão da justiça, baixar a carga fiscal, assim como, deve combater a burocracia *kafkiana* ou a rigidez da legislação laboral, permitindo assim gerar mais investimento de qualidade e libertar o potencial da economia portuguesa. Um Governo que se limite a anunciar programa atrás de programa e a “despejar” sem critério dinheiro representará uma nova oportunidade perdida.

Com um novo Governo, os futuros fundos europeus devem ser revistos para que - com coragem e determinação - se resolvam os problemas estruturais e não se mascare artificialmente, com a ajuda de milhões, a realidade da economia e das empresas portuguesas. O Plano de Recuperação e Resiliência deve servir para mudar estruturalmente a economia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à competitividade e produtividade.

Um novo Governo deve preparar a economia e a sociedade - da escola ao mercado de trabalho, do Estado às empresas - **para os desafios da emergência climática e da economia verde e digital**, em que os novos modelos de negócio e o avanço da robotização e da inteligência artificial representem mais oportunidades para Portugal e para as novas gerações, ao invés de um ainda maior atraso face aos países mais desenvolvidos.

**Um novo Governo que tenha a coragem de reformar a Administração Pública**, tornando-a atrativa para os milhares de jovens que saem todos os anos do Ensino Superior, com sistemas de remuneração, prémios e de progressão na carreira competitivos face à realidade do setor privado, garantindo assim que o Estado também consegue recrutar e fixar o melhor talento na nossa sociedade, elemento central para uma Administração Pública ágil, moderna e catalisadora do nosso desenvolvimento económico.

Sem criação de riqueza sustentável não haverá melhores empregos, melhores salários nem um Estado Social mais forte que ajude muito mais quem mais precisa. Nada podemos distribuir se nada criarmos e nos próximos anos, criar riqueza para fazer melhorar a vida dos portugueses deve ser a prioridade número um de um novo Governo PSD.

É necessário **um novo Governo que atue de forma séria no campo da justiça** - um estudo de 2021 da Deco Proteste demonstrava que a justiça é a instituição em que os portugueses menos confiam. A pressão mediática constante de que este meio é alvo, aliada a uma crescente exigência de retribucionismo próprio do populismo penal, tem aumentando a contestação e motivado inúmeros escândalos mediáticos. São vários os desafios que a justiça em Portugal enfrenta e para os quais os portugueses exigem uma resposta cabal.

Para que o Ministério Público tenha capacidade de investigar uma criminalidade cada vez mais sofisticada e trabalhar megaprocessos piramidais precisa de meios humanos e tecnológicos. Não podemos reclamar uma justiça criminal célere e eficiente quando os magistrados do Ministério Público se veem muitas vezes sem condições para exercerem condignamente as suas funções.

Simultaneamente, um novo Governo deve garantir que a justiça está ao acesso de todos e que as custas judiciais não são impeditivas para o seu exercício, cumprindo a sua função dissuasora sem prejudicar o direito ao efetivo acesso à Justiça. Em suma, uma justiça para todos os cidadãos e não só para aqueles que têm mais posses.

Numa altura em que a credibilidade da classe política foi profundamente abalada por diversos escândalos de corrupção por parte de governantes nacionais no exercício de cargos públicos, os portugueses anseiam – e desesperam – por políticos em que possam confiar. Pessoas íntegras cujo currículo não esteja manchado por associações e interesses duvidosos.

**Os portugueses exigem um novo Governo que reforme o sistema político e lhes devolva a confiança na democracia.** O crescimento ininterrupto da abstenção em Portugal é o corolário do desgaste do regime e, subseqüentemente, expressão máxima do afastamento dos cidadãos face ao poder político. Não é de espantar que este seja um contexto propício ao florescimento dos múltiplos fenômenos que colocam em causa a democracia: a corrupção, a desinformação e o populismo.

A reforma do sistema político deve ser uma prioridade de um novo Governo, pautando-se por uma aproximação dos eleitos aos eleitores. Primeiramente, é imperiosa a abertura dos partidos políticos. Os cidadãos, independentemente de se decidirem pela militância, devem ser chamados e envolvidos na vida interna dos partidos políticos, explorando novas formas de participação e militância.

Em segunda instância, é necessária - e urgente - uma reforma do sistema eleitoral que permita aos cidadãos terem uma palavra ativa na seleção dos Deputados à Assembleia da República. A reconfiguração dos círculos plurinominais, a consagração de círculos uninominais com círculo nacional de compensação ou a ordenação das listas pelo eleitor são putativas soluções para um problema premente.

**O País precisa de um novo Governo que encare a educação como principal elevador social.** Não podemos compactuar com um país no qual o local onde se nasce ou o rendimento mensal do agregado familiar determina e condiciona o futuro e a ambição de um jovem. Um novo Governo deve bater-se pela igualdade de oportunidades à partida e essa igualdade começa na escola. Todos os jovens devem ter acesso a escolas de qualidade com currículos adequados. A escola tem de ser um garante do funcionamento do elevador social.

A escola deve acompanhar as grandes transformações da sociedade, até porque o crescimento no século XXI será encabeçado pelos países líderes no conhecimento, no talento e na inovação. Por isso, a escola deve “colocar todas as fichas” na qualidade da aprendizagem. Portugal não pode continuar a ter um Ministério da Educação ausente, incapaz de qualquer ação por medo dos sindicatos, que falha na digitalização e modernização das escolas, que não tem respostas para a valorização da profissão de professor e que nada faz perante o cenário de envelhecimento e reforma de uma parte significativa do atual corpo docente.

Por outro lado, espera-se que após a conclusão da escolaridade obrigatória, qualquer aluno esteja dotado de competências transversais, transdisciplinares e assentes num consistente leque de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores. Nenhuma família deverá sentir o peso de que o seu contexto social – muitas vezes fruto de difíceis inevitabilidades – condiciona para sempre o futuro da criança que decidirem trazer ao mundo. Cada contexto familiar é um mundo de singularidade com significado ímpar. As famílias devem orgulhar-se da sua história. A sociedade deverá poder orgulhar-se de proteger e promover a justiça social.

A igualdade de oportunidades mede-se também pela urgente universalização do acesso à creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos, com respostas sociais, públicas e privadas, tendencialmente gratuitas.

**Atualmente, na educação reina a inação e no ensino superior a desresponsabilização.** É frustrante verificar que Portugal tarda em assumir-se como um polo internacional de qualidade no que diz respeito às formações superiores. A ambição da nossa geração deve ser a de um país que tem Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de elevada qualidade

académica e científica, capazes de atrair talento para o nosso país e de formar diplomados capazes de competir no atual mundo global. Resolver os problemas de subfinanciamento das IES, reorganizar a rede de cursos e escolas, definir claramente as missões universitárias e politécnicas, valorizar o sistema científico e a investigação como elementos da nossa estratégia de desenvolvimento devem ser prioridades de um novo Governo.

**Um novo Governo que trate com profissionalismo os problemas da saúde**, liderando o processo de vacinação contra a COVID-19 de forma eficaz, não descurando as restantes necessidades da população. Não se bastando com as promessas vãs para eleitoralistas bacocos de médicos de família para todos os portugueses, mas cumprindo-as. Que não se preste à vergonha de ver o processo de vacinação descambar cada vez que passa para a sua alçada direta.

Que não assista impávido à debandada geral dos profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde tendo o desplante de lhes imputar pouca resiliência. Em suma, Portugal precisa de um novo Governo que dignifique os seus profissionais de saúde e que ofereça condições para tratar os que cá residem.

**Um novo Governo que não fique paralisado perante os graves problemas de saúde mental** - nomeadamente entre as novas gerações - que caracterizam hoje a sociedade portuguesa. A JSD tem-se batido para que este tema esteja na agenda com propostas concretas que passam por um aumento das respostas comunitárias de saúde, nomeadamente em contexto escolar, para que a postura preventiva seja a nossa melhor arma para a minimização das graves situações pelas quais passam tantos jovens.

A promoção de estilos de vida saudáveis, o combate ao sedentarismo e aos cada vez mais graves e crescentes problemas de excesso de peso e obesidade no seio da população juvenil, assim como, **a valorização da atividade física e do desporto** como elementos essenciais da definição da identidade de cada pessoa e do seu projeto de vida, devem ser marcas da nossa ação governativa.

**Um novo Governo deve reconciliar o PSD com a cultura.** Não podemos aceitar uma visão monolítica ou exclusiva de hegemonia de um campo político sobre a cultura. A cultura deve ser livre, valorizada e alvo de maior investimento por um futuro Governo PSD. Desta forma, conseguiremos ultrapassar as visões preconcebidas sobre a nossa ligação ao meio cultural e artístico. A cultura não tem donos.

Um novo governo cosmopolita, moderno, aberto aos desafios e às realidades atuais, que não aceita e combate todas as formas de discriminação, que promove a igualdade de género e que tem como objetivo último, uma sociedade na qual cada pessoa tem o seu direito à felicidade e ao projeto de vida que escolher.

**Um novo Governo que tenha coragem no combate às graves assimetrias observadas entre o litoral e o interior do país** tornam necessárias fortes medidas de coesão territorial. Numa faixa de 50 quilómetros marcada a partir do oceano vivem 70% dos portugueses. Nos últimos anos tem-se concentrado o desenvolvimento económico nacional no litoral, deixando as regiões do interior e ilhas em situação desfavorecida. Para inverter a tendência, Portugal exige uma nova política para a coesão territorial, incluindo a aplicação eficiente dos fundos europeus, uma majoração dos incentivos para o investimento privado fora dos grandes centros urbanos e um Estado que lidere pelo exemplo, com uma agenda corajosa de descentralização e desconcentração dos serviços públicos, na qual a revolução digital em curso facilitam estes processos e alavancam cidades de média dimensão no interior do país.

Um novo Governo deve colocar a coesão territorial no topo das prioridades políticas, com o que tem faltado para resolver as profundas e graves assimetrias e desigualdades territoriais: coragem e ação.

## 30 DE JANEIRO: O PRIMEIRO PASSO PARA O REFORMISMO

A crise política de outubro de 2021 veio clarificar os portugueses - até os mais céticos - quanto à incapacidade do PS e da frente das esquerdas em entender-se para o mais elementar compromisso da governação: o Orçamento do Estado.

Num momento em que era necessário o país avançar, véspera do começo do Plano de Recuperação e Resiliência, e iniciar uma nova fase de crescimento e recuperação após a pandemia, deparamo-nos com a prova final de que nada será estruturalmente alterado em Portugal com a aliança PS-BE-PCP.

Esta é a sina de um Governo que existiu apenas para se preservar no poder, sem vontade, capacidade ou visão reformista. Para olhar para a frente, o primeiro passo é não sujeitar mais o país aos jogos de poder de António Costa e substituir este Governo situacionista por um Governo reformista.

É tempo de afirmar e construir uma alternativa do centro para a direita que não deseje ser Governo apenas para gerir o presente ou para gerir o nosso declínio, mas para dar respostas corajosas e ambiciosas aos desafios do futuro.

A primeira reforma para um Portugal mais próspero já foi iniciada no passado em outubro com a queda do Governo. Como os portugueses bem sabem, as reformas não se deixam a meio. A 30 de janeiro, temos a oportunidade de avançar num novo caminho reformista e de futuro. Apenas a confiança e o voto no PSD podem consagrar a possibilidade deste novo caminho e abrir um novo ciclo na nossa vida coletiva.

Este é o contributo político que a Juventude Social Democrata apresenta ao 39º Congresso Nacional do Partido Social Democrata, tendo em vista o objetivo de iniciar um caminho reformista que coloque Portugal a progredir e a crescer, um caminho que permita a cada português os mesmos padrões de qualidade de vida das sociedades mais desenvolvidas da Europa e do mundo.

Este é o contributo da JSD para que seja possível tirar Portugal da cepa torta já a partir do próximo dia 30 de janeiro de 2022.



JSD.PT